



Estudos Teológicos foi licenciado com uma Licença Creative Commons –
Atribuição – NãoComercial – SemDerivados 3.0 Não Adaptada

“ASSIM COMO NÓS PERDOAMOS” ... O DESAFIO DO PERDÃO CRISTÃO¹

“As we forgive”... the challenge of Christian forgiveness

Wilhelm Wachholz²

Resumo: “*Assim como nós perdoamos*”, petição da oração do Pai-Nosso, ensinada por Jesus Cristo, conforme o evangelista Mateus (Mt 6.12), suscita uma primeira questão: o ser humano realmente perdoa e se perdoa, qual o sentido desse perdão? Mais, o ser humano tem necessidade de perdoar? Numa cultura regida pela lei da competição, em que sobrevivem os mais fortes, redundando na desumanização e despersonalização do ser humano e de suas relações, seria o perdão nada mais que manifestação de fraqueza, de derrota, portanto, não tendo sentido e lugar? O objetivo desta análise é lançar luzes sobre o tema do perdão, tomando por base a petição da oração do Pai-Nosso. O quadro teórico para a análise será o da teologia de Martim Lutero, em particular a teologia da justificação por graça mediante a fé, o que implica a teologia da cruz. A partir dessa fundamentação teológica, refletimos as diferentes nuances do perdão com vistas ao melhoramento das relações humanas, finalizando com a análise dos dois tipos de pecado segundo Lutero: o pecado confessado e o pecado defendido.

Palavras-chave: Teologia de Lutero. Pai-Nosso. Perdão de pecados. Justificação por graça através da fé.

Abstract: “As we forgive”, the prayer petition of the Our Father, taught by Jesus Christ, according to the evangelist Matthew (Mt 6:12) raises a first question: does the human being really forgive and if he or she forgives, what is the meaning of this forgiveness? And more, does the human being have a need to forgive? In a culture ruled by the law of competition, in which the strongest survives, resulting in the dehumanization and depersonalization of the human being and their relations, wouldn't forgiveness be merely a manifestation of weakness, failure, therefore, no longer having a meaning or a place? The goal of this analysis is to cast some light on the theme of forgiveness, having as a basis the prayer petition of the “Our Father”. The theoretical framework for the analysis will be Martin Luther's theology, specifically, the theology of justification by

¹ O artigo foi recebido em 18 de setembro de 2015 e aprovado em 02 de novembro de 2015 com base nas avaliações dos pareceristas *ad hoc*.

² Doutor em Teologia pelo Instituto Ecumênico de Pós-Graduação da Escola Superior de Teologia (IEPG-EST), São Leopoldo/RS, Brasil. É professor na Faculdades EST, São Leopoldo/RS, Brasil, lecionando disciplinas de Teologia e História na Graduação e Pós-Graduação. Atualmente, é reitor dessa instituição. Contato: wachholz@est.edu.br

■ grace through faith, which implies the theology of the cross. Based on this theological foundation, we reflect about the different nuances of forgiveness looking toward improving human relations, ending with the analysis of the two types of sin according to Luther: the confessed sin and the defended sin.

■ **Keywords:** Luther's theology. Our Father. Forgiveness of sins. Justification by grace through Faith.



Introdução

O princípio da justificação por graça através da fé caracteriza o centro da teologia de Martin Lutero. Para Lutero, a partir da fé, Deus torna a pessoa justa, não no sentido de que não tenha mais pecados, mas de a culpa do pecado não lhe ser mais imputada, atribuída, mas perdoada. A justificação por Deus, que perdoa pecados por sua graça mediante a fé e não por merecimento humano, indica relação entre dois diferentes: Deus justo e ser humano injusto. Essa relação afronta relações humanas, sociais, econômicas, políticas baseadas na lógica do “negócio justo”, entre iguais. “*Assim como nós perdoamos*”, contudo, não deve ser compreendido na lógica do “negócio justo”, mas na perspectiva da graça: assim como, de graça, Deus perdoa, assim, de graça, o ser humano justificado perdoa. Nessa perspectiva, perdão de pecados torna-se desafio por abdicar de princípios fundados em condicionalidades de trocas justas, reciprocidade, equidade, mutualidade. Em outras palavras, perdão de pecados em perspectiva de graça afronta a lógica e as regras do mercado, o narcisismo, egoísmo. Nesse sentido, a teologia de Lutero, cujo centro é a justificação por graça mediante a fé, encontra sua atualidade, em perspectiva curativa das relações humanas.

Justificação por graça mediante a fé e perdão de pecados

O tema do perdão de pecados em perspectiva teológica luterana precisa repousar sobre o princípio da justificação por graça mediante da fé. Esse princípio não deve ser considerado um artigo entre outros artigos teológicos, mas afirmado como expressão primordial e fundamental de toda a teologia e, em particular, do tema do perdão de pecados. Não se trata de um artigo doutrinário secundário ou complementar, mas artigo que penetra de maneira capilar toda a assertiva e proposição de construto teológico-antropológico luterano.³

Com Paul Tillich há que se observar, inicialmente, alguns problemas semânticos sobre o princípio “somente a fé” (*sola fide*). A compreensão de “justificação pela fé” tem levado a confusões e equívocos, que atingem diretamente o tema do perdão de pecados. No que reside a confusão? Segundo Tillich:

³ TILLICH, Paul. *Teologia Sistemática*. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulinas, 1984. p. 555.

Fé, nessa frase, foi entendida como a causa do ato justificante de Deus, que significa que as obras morais e rituais do ensino católico são substituídas pela obra intelectual de aceitação de uma doutrina. Não é a fé, mas a graça a causa da justificação, porque somente Deus é a causa. Fé é o ato de receber, e esse ato em si mesmo é um dom da graça. Portanto, deveríamos dispensar completamente a frase “justificação pela fé” e substituí-la pela fórmula “justificação pela graça mediante a fé”⁴.

Tillich percebe duas distorções na fórmula “justificação pela fé”. A primeira distorção é a redução do princípio a uma fórmula para disputa doutrinária.⁵ Nesse caso, a cruz de Cristo, enquanto Evangelho/Boa-Nova, não é compreendida como “[...] grandeza ativa, que faz algo em nós”⁶, mas fica reduzida a um purismo ortodoxo. Uma segunda distorção da afirmação de “justificação pela fé” implica a compreensão de fé como obra meritória: “*Eu tenho salvação porque tenho fé*”. Nesse caso, salvação não é compreendida como obra da graça de Deus, recebida pela fé, mas a fé é afirmada como obra e medida para a salvação. Essa distorção incide diretamente sobre o tema do perdão de pecados, pois a consequência pode ser a oferta do perdão humano a outra pessoa como obra meritória: “*Eu perdoo, logo tenho salvação!*”. Lutero percebeu que, como obra meritória, tal compreensão resulta em desresponsabilização humana e mecanismo de defesa e resistência de sua própria condição pecadora.⁷

Ambas as distorções resultam da incorreta compreensão da relação Deus-Cristo-ser humano. A cruz de Cristo precisa ser compreendida como caminho de Deus para mim/nós (*pro me/nobis*). Isso implica a necessidade de rechaçar o princípio de que o sacrifício de Cristo ter sido uma necessidade do próprio Deus para que pudesse, a partir disso, se apresentar como misericordioso. Tal compreensão aplicada às relações humanas resultaria na oferta do perdão humano a outra pessoa não como graça incondicional, mas oferta de perdão egoísta, por exemplo, para afirmar: “*eu perdoo porque sou pessoa boa*”. Deus, contudo, não é mutável, no sentido de ter se tornado misericordioso a partir da cruz. Pelo contrário, os atos de misericórdia e compaixão de Cristo em nome de Deus evidenciam que Deus é essencialmente misericordioso e tem alegria no perdão e na reconciliação.⁸

Do exposto até aqui, pode-se afirmar que a cruz de Cristo, portanto, expressa que Deus é, em si mesmo, incondicionalmente misericordioso. Essa afirmação, contudo, não deve ser compreendida como a teologia liberal o fez nos séculos XVIII e XIX, que não reconhecia com clareza suficiente que o ser humano tinha que matar Cristo, porque Deus é misericordioso. Por quê? Porque a morte de Cristo aponta para a própria condição pecadora do ser humano. A cruz é decorrência do pecado humano. Portanto é necessário combater afirmações segundo as quais o sacrifício de Cristo

⁴ TILLICH, 1984, p. 555.

⁵ TILLICH, 1984, p. 555.

⁶ FORDE, Gerhard O. A obra de Cristo. In: BRAATEN, Carl E.; JENSON, Robert W. *Dogmática Cristã*. São Leopoldo: Sinodal/IEPG, 1995a. v. 2, p. 91.

⁷ LUTERO, Martinho. Um Sermão sobre a Contemplação do Santo Sofrimento de Cristo. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1987c. v. 1, p. 252.

⁸ FORDE, 1995a, p. 93.

teria sido uma exigência do próprio Deus para que sua ira fosse aplacada e ele se tornasse – Deus mutável! – misericordioso. Pelo contrário, a morte na cruz é evidência de que Deus é misericordioso por excelência face ao ser humano pecador. Portanto Deus não morre por causa dele mesmo – nesse caso teríamos um “Deus masoquista!” –, mas por causa do ser humano.⁹

A partir do princípio de que Cristo teve de morrer por causa do ser humano – e não por causa de Deus mesmo –, Lutero pode concluir que a cruz precisa se tornar evento e causa efetiva *pro me/nobis*.¹⁰ Eis o que o reformador define como “alegre permuta”: “Ele toma *nossa* vida, nosso lugar, a fim de nos dar a *sua*”¹¹. Essa “troca alegre” não deve ser compreendida na perspectiva equivocada da teologia meritória do sacrifício – ou teologia da glória¹², como preferia Lutero! –, mas precisa considerar

[...] que a relação entre Deus e o homem não tem o caráter de uma relação finita entre seres finitos e alienados, que é infinita, universal e incondicional, em sentido e esse perdão divino não exige, como o perdão humano, que aquele que perdoa deve ele mesmo ser perdoado¹³.

Em resumo, a oferta do perdão e da reconciliação por Deus, na cruz de Cristo, repousa, como causa efetiva, na graça e somente pode ser recebida por fé e não pela razão de um “negócio justo”. E fé, nesse caso, implica estar em Cristo. Estar em Cristo é ser feito e feita conforme (*conformitas*) Cristo. Isso, então, indica que Lutero não separa pessoa de Cristo e obra de Cristo. Cristo não é um exemplo de moral a ser imitado (*imitatio*)¹⁴, mas é presença real na pessoa crente pelo Espírito Santo. Assim como pessoa e obra de Cristo não são separadas, o estar em Cristo e ter Cristo em si – *unio mystica* – permite a Lutero afirmar a pessoa/igreja crente como pequeno Cristo no mundo.

Sem dúvida temos este nome de Cristo, não o do Cristo ausente, mas do Cristo que habita em nós, isso é, quando cremos nele e, por outro lado, somos mutuamente um Cristo um para o outro, fazendo aos próximos o mesmo que Cristo fez por nós.¹⁵

⁹ FORDE, 1995a, p. 93-94.

¹⁰ Segundo Lutero “[...] de que adianta que Deus seja Deus, se não for um Deus para ti?” LUTERO, 1987a, p. 251.

¹¹ FORDE, 1995a, p. 110.

¹² LUTERO, Martinho. Debate de Heidelberg. In: *Obras Selecionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1987a. v. 1, p. 39, 49-51, 53-54.

¹³ TILLICH, 1984, p. 556.

¹⁴ Não desconhecemos que Lutero admite o uso do conceito *imitatio* – cf. LUTERO, 1987c, v. 1, p. 53 – contudo, neste caso, pressupõe *conformitas*. Ou seja, somente tendo sido transformado por Deus o ser humano imita Cristo. Caso contrário, *imitatio* torna-se obra meritória, tão combatida por Lutero.

¹⁵ LUTERO, Martinho. Tratado de Martinho Lutero sobre a Liberdade Cristã. In: *Obras Selecionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1989. v. 2, p. 438.

Para Lutero, Cristo não somente assumiu a figura humana na *kenosis* (esvaziamento) – o reformador emprega o conceito de “humanização de Cristo”¹⁶ – mas, inclusive, a condição humana pecadora *par excellence*. Ele chega ao ponto de compreender Cristo como *submersus* no pecado, como o *maximus peccator* (*peccator peccatorum*). Dessa forma, Cristo assume a totalidade do pecado humano sobre si, de forma que a paradoxalidade de pecado e justiça estão reunidos na pessoa de Cristo, cuja tensão somente pode ser vencida por Cristo mesmo.

Este seria o propósito e a conclusão do falar de Lutero sobre a “alegre permuta”. Ele toma nossa vida, nosso lugar, a fim de nos dar a sua. A permuta, porém, tem que ser um acontecimento efetivo. Ele tem que assumir nosso lugar, nossa morte, para que tenhamos sua vida. Neste sentido, Lutero fala expressamente em palavras afins às dos pais: “Assim, Deus se faz homem a fim de que o homem se faça Deus. Ele assumiu nossa forma e figura, imagem e semelhança, a fim de nos vestir em sua imagem, forma e semelhança [...]”.¹⁷

Pecado e perdão cristão

Enquanto causa efetiva de promessa de perdão de pecados e reconciliação, a cruz de Cristo não deve ter sua compreensão limitada ao perdão de atos. O problema semântico reside no fato de ser “perdão de pecados” uma expressão simbólico-religiosa ilustrativa para a relação de um devedor e credor e essa analogia se evidencia limitada. Trata-se de uma analogia entre seres finitos e, ambos, alienados por essa finitude.¹⁸

Seres humanos, quando perdoam, perdoam pecados particulares, ou seja, atos concretos de pecado. Contudo, na relação Deus-Cristo-ser humano, perdão de pecados não diz respeito aos atos de pecados, mas, em sentido mais profundo, se refere ao perdão de pecados que antecedem os próprios atos de pecado, ou seja, à condição fundamental do ser humano. Por essa razão Lutero aborda o ser humano como *totus peccator*.¹⁹ Ou seja, o ser humano não é pecador pelo que faz, mas pelo que é, a saber, pecador. Portanto, na relação com Deus, perdão de pecados tem a ver com essa condição fundamental do ser humano. A partir dessa perspectiva, perdoar pecados é perdoar *a pessoa totalmente injusta*. Por essa razão Lutero entende que a “troca alegre” não se limita aos atos, mas diz respeito à condição integral do ser humano. Por isso “perdão de pecados”, como afirma Tillich, implica a paradoxalidade da experiência do novo ser.²⁰ O novo ser o é por declaração de Deus. Por sua graça, Deus a declara justa, por

¹⁶ LUTERO, Martinho. O Magnificat. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1996. v. 6, p. 71.

¹⁷ FORDE, 1995a, p. 110.

¹⁸ TILLICH, 1984, p. 556.

¹⁹ FORDE, Gerhard O. Vida cristã. In: BRAATEN; JENSON, 1995b, v. 2, p. 441-443.

²⁰ TILLICH, 1984, p. 556.

não lhe imputar culpa²¹, ainda pessoa que continua injusta e pecadora. Eis o paradoxo do *simul iustus et simul peccator*; justa por declaração e obra do Deus gracioso, pecadora pela sua natureza humana que a faz permanecer pecadora.²²

O paradoxo do *simul iustus et simul peccator* precisa ser compreendido na mesma proporção na relação de perdão de pecados pessoa-pessoa. Em primeiro lugar, o perdão de pecados, como oferta de gratuidade de um ser humano a outro. Em segundo lugar, essa paradoxalidade teológica considera que a pessoa perdoada continuará pecadora. Disso decorre, em terceiro lugar, que tanto a oferta e o recebimento de perdão quanto o arrependimento devem ser constantes: sempre! Neste ponto cabe lembrar a primeira das 95 teses de Lutero, ao insistir exatamente nisto: “Ao dizer ‘Fazei penitência’, etc. (Mt 4,17), nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo quis que toda a vida dos fiéis fosse penitência”²³.

Tillich e Forde afirmam que, para Lutero, o ser humano não pode ser percebido meio justo e meio pecador. Ao contrário, o ser humano é *totus peccator* e *totus iustus*.²⁴ Por que isso precisa ser afirmado? Pois se assim não fosse, ou seja,

se Deus aceitasse aquele que é meio-pecador, meio justo, seu julgamento estaria condicionado pela semi-bondade do homem [ser humano]. Mas não há nada que Deus rejeite tanto como a semi-bondade e toda reivindicação humana respaldada nela²⁵.

E isso nos colocaria na lógica aristotélica, segundo a qual o “*semelhante é reconhecido pelo semelhante*”. O que isso significaria para o tema da justificação ou do perdão de pecados? Que Deus somente precisa (sic!) perdoar quem lhe é semelhante, ou seja, quem fez o melhor de si (*facere quot in se est*) e, portanto, merece (sic!) o perdão. A pessoa precisa se tornar santa para ter comunhão com Deus, pois Deus não se associa a quem carece de santidade. Em outras palavras, somente haveria perdão de pecados na “altura” de Deus, “no céu”. Portanto perdão de pecados não seria possibilidade para e na humanidade. O ser humano teria de se tornar, primeiro, “como” Deus para merecer o perdão.²⁶

Na lógica aristotélica, perdão de pecados somente seria uma realidade em perspectiva de contrato ou aliança: “se tu... então eu”²⁷. A linguagem do Evangelho, enquanto Boa-Nova, contudo, não está em consonância com a lógica da reciprocidade “porque tu... então eu...”. Essa é a linguagem do contrato, da aliança. A linguagem do Evangelho é a do testamento: a oferta do perdão não é um contrato celebrado entre iguais com base numa “troca justa”, mas é oferta de testamento, de bem imerecido.

²¹ LUTERO, Martinho. A Epístola do Bem-Aventurado Apóstolo Paulo aos Romanos. In: *Obras Selecionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2003. v. 8, p. 299.

²² FORDE, 1995b, p. 413-414.

²³ LUTERO, Martinho. Debate para o Esclarecimento do Valor das Indulgências. In: *Obras Selecionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1987b. v. 1, p. 22.

²⁴ FORDE, 1995b, p. 441.

²⁵ TILLICH, 1984, p. 557.

²⁶ LINDBERG, Carter. *As Reformas na Europa*. São Leopoldo: Sinodal/IEPG, 2001. p. 88.

²⁷ LINDBERG, 2001, p. 93.

Em Cristo, a pessoa crente perdoa sem que espere a reciprocidade do perdão. A vida de fé e amor não pressupõe uma relação contratual “justa”: “*eu perdoou, então tu também precisas perdoar*”.

Deus, em sua bondade infinita, não faz depender sua bondade da justiça e ambiguidade humanas. O perdão de pecados divino não está condicionado à bondade humana. Se assim fosse, não haveria perdão. Por isso o ser humano precisa abdicar de sua própria bondade, que é ambígua, pois julga o bem e o mau a partir de sua própria ótica, e dar o passo da fé. O passo da fé é o passo do ceder diante de Deus. Fé, enquanto ceder (*cedere*)²⁸ diante de Deus, implica o novo ser, isto é, a identidade excêntrica, alheia.²⁹ E excêntrica, neste caso, é identidade cristocêntrica. E a essência da cristologia é exatamente esta: que Deus participa na alienação humana e concretiza vitória sobre ela; ele participa do pecado, sem pecar, e vence o pecado, declarando perdão e amor – “alegre permuta”.

O paradoxo do novo ser reside no fato de que, estando em Cristo, a pessoa perdoa não para alcançar mérito, mas, por ter sido alcançada pela graça e misericórdia de Deus, testemunha o perdão, oferecendo perdão. A oferta do perdão, por isso, somente ocorre como passo na fé. Nesse sentido, paradoxalmente, a fé fortalece para a humildade, pois somente a pessoa humilde perdoa. A pessoa humilde, por sua vez, é pessoa sensível para sua própria finitude e morte.

O perdão de pecados cristão em face da morte do “eu”

A morte é realidade e, por isso, somente tem sentido na vida humana. Como realidade presente na vida, a morte diz respeito ao ser humano, mesmo que a negue. No escrito “*Um Sermão sobre a Preparação para a Morte*”³⁰, Lutero afirma a necessidade de o ser humano refletir sobre sua vida em face da finitude. Isso implica viver a vida também como preparação para a morte. A preparação inclui aspectos bem “corriqueiros” da vida. Por exemplo, é necessário deixar bem encaminhados os bens materiais para que não provoquem rixas, discórdias ou mal-entendidos.³¹ Mas também é necessário preparar, ou despedir-se espiritualmente. E isso inclui o perdão. Aliás, após rapidamente referir sobre os bens, Lutero afirma que, ante a morte, “[...] devemos perdoar amavelmente todas as pessoas, por mais que nos tenham ofendido”³². Então, segue Lutero, devemos nos colocar diante de Deus em “confissão sincera”³³, desejar os “sacramentos e suas virtudes” e experimentar, assim, o processo de cura do pecado.

²⁸ Sobre a definição de fé como “cedere” em Lutero, veja STROHL, Henri. *O pensamento da Reforma*. São Paulo: Aste, 1963. p. 36-37.

²⁹ Sobre o conceito de identidade alheia ou excêntrica, cf. BRANDT, Hermann. *O risco do Espírito*; um estudo pneumatológico. São Leopoldo: Sinodal, 1977. p. 68-74.

³⁰ LUTERO, Martinho. *Um Sermão sobre a Preparação para a Morte*. In: *Obras Selecionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1987d. v. 1, p. 385-398.

³¹ LUTERO, 1987d, v. 1, p. 386.

³² LUTERO, 1987d, v. 1, p. 386.

³³ LUTERO, 1987d, v. 1, p. 387.

A morte apresenta, segundo Lutero, três desvirtudes à pessoa: “a primeira, é a imagem horrível da morte; a segunda, a imagem aterradora e multifacetada do pecado; a terceira, a imagem insuportável e inevitável do inferno e da condenação eterna”³⁴. Assim, a morte coloca ao ser humano a tentação do pecado máximo: descreer. Por isso é necessário afastar de si essa imagem da morte como terrível³⁵ e percebê-la como *natale*, dia de nascimento. Assim como entramos no mundo, em meio à dor da mulher a dar à luz, a dor da morte deve ser percebida na perspectiva do depois, quando “[...] haverá muito espaço e alegria”³⁶.

O perdão de pecados não deve ser relegado ao último momento da vida, pois, “na hora da morte, [...] deveríamos ter diante dos olhos somente a vida, graça e salvação [...]”³⁷. Segundo Lutero, se acumulamos pecados não perdoados para o momento antes da morte, o inferno fica exatamente tão grande aos olhos como uma montanha de pecados.³⁸

A aceitação ou a negação da morte por parte do ser humano é proporcional à sua oferta e recebimento ou não de perdão. Em outras palavras, quem nega a morte, nega também o perdão como recebimento e oferta e vice-versa. A negação de um é também a negação de outro; o aceite de um, é também aceite de outro. Por isso aceitar a morte como *natale* se constitui em um primeiro passo fundamental para a oferta e recebimento de perdão. Aliás, é nesse sentido que Lutero, no *Catecismo Menor*, interpreta o sacramento do Batismo:

Que significa esta imersão em água?

Resposta: significa que o velho homem em nós, por contrição e arrependimento diários, deve ser afogado e morrer com todos os pecados e maus desejos, e, por sua vez, sair e ressurgir diariamente novo homem, que viva em justiça e pureza diante de Deus eternamente.

Onde está escrito isso?

Resposta: Paulo diz em Romanos: capítulo sexto: “Fomos sepultados com Cristo na morte, pelo batismo; para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também andemos nós em novidade de vida”³⁹.

Batismo é, então, oferta do perdão divino. Como tal, o perdão implica morrer para o pecado e ressuscitar para relações humanas novas. Por isso a vivência do Batismo torna-se causa efetiva na relação pessoa-pessoa, quando a pessoa batizada pede de Deus o perdão assim como ela própria oferece perdão.

³⁴ LUTERO, 1987d, v. 1, p. 388.

³⁵ LUTERO, 1987d, v. 1, p. 388.

³⁶ LUTERO, 1987d, v. 1, p. 387.

³⁷ LUTERO, 1987d, v. 1, p. 389.

³⁸ LUTERO, 1987d, v. 1, p. 389.

³⁹ LUTERO, Martinho. Enquirídio Catecismo Menor. In: *Livro de Concórdia*; as confissões da Igreja Evangélica Luterana. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1997. p. 376.

Assim como nós perdoamos...

A não prática do perdão – não oferecer ou não aceitar o perdão – evidencia, na esfera individual, egocentrismo, distúrbios etc., e, na esfera social, a cultura da meritocracia neoliberal, fundada no darwinismo social⁴⁰, em que prevalece a lei da competição, a ser vencida pelos “mais aptos”. Socialmente, a oferta e a aceitação do perdão de pecados soam, numa cultura caracteristicamente competitiva, como derrota e fraqueza, já que o mercado não aceita sujeitos fracos. Esse, portanto, é o contexto para o desafio cristão do perdão de pecados. Portanto o que significa orar: “*Assim como nós perdoamos*”?

Na teologia de Lutero, “*assim como nós perdoamos*” somente se torna causa efetiva se compreendida e vivenciada a partir do Batismo como morte e ressurreição. O ser humano que experimenta o perdão gracioso de Deus torna o perdão uma vivência nas relações cotidianas. A petição “*assim como nós perdoamos*” é antecedida pela petição “*perdoa-nos os nossos pecados...*”, portanto implica o reconhecimento da condição de pessoa pecadora. Somente perdoa quem tem consciência do pecado próprio. Recebimento do perdão divino tem, como consecução, oferta do perdão pessoa-pessoa.⁴¹ Em perspectiva individual, Lutero nos lembra de que o desafio do perdoar e aceitar perdão

deve nos servir a que Deus nos quebre o orgulho e nos mantenha na humildade. Pois reservou para si a prerrogativa de que, se alguém quiser jactar-se de sua probidade e menosprezar outros, examine-se a si mesmo e ponha diante dos olhos essa petição: verá então que sua probidade é igual à dos outros. [...] Em suma: se Deus não perdoa continuamente, estamos perdidos⁴².

Isso nos remete novamente à afirmação de Tillich de que a justificação por graça mediante a fé não é artigo acessório da teologia, mas fundamental. Há uma consecução entre ser perdoado por Deus e perdoar. Eis o que nos ensina Jesus: “*perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos*”. Para Lutero

[...] quem foi batizado, também deve receber o Sacramento [da Eucaristia]; quem recebe o Sacramento, também precisa orar; e quem ora, também tem que perdoar, etc. Entretanto, se não perdoas, estás diante de uma sentença terrível: teus pecados também

⁴⁰ Emprestamos esse pensamento de Brakemeier, que não o desenvolve na relação com a temática do perdão, mas da antropologia em sentido mais amplo. BRAKEMEIER, Gottfried. *O ser humano em busca de identidade*; contribuições para uma antropologia teológica. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulus, 2002. p. 12-13.

⁴¹ GRÜN, Anselm. *Perdoa a ti mesmo*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 35.

⁴² LUTERO, Martinho. Catecismo Maior do Dr. Martinho Lutero. In: *Obras Selecionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000. v. 7, p. 414.

não serão perdoados, mesmo que estejas entre cristãos e partícipes do Sacramento e de outros bens; estes, ao invés, somente te serão tanto mais prejudiciais e condenatórios⁴³.

Lutero ainda ressalta que não cabe ao ser humano punir os pecados, mas perdôá-los:

Deves pensar assim: mesmo que teu próximo tenha procedido contra ti por maldade, ele não obstante está enganado, preso e obcecado pelo diabo. Por essa razão deves ser bondoso e ter tanto mais misericórdia dele, porque está subjugado pelo diabo. [...] O próprio Cristo agiu assim para conosco, ao orar na cruz: “Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem” (Lc 23.34)⁴⁴.

As palavras de Cristo na cruz são anúncio da morte do pecado e ressurreição do perdão. Perdoar é, então, o morrer de si e o renascer no e com o outro. É novidade antropológica. É afirmação da imagem e semelhança de Deus (*imago Dei*) na outra pessoa.

Brakemeier oferece importante distinção da *imago Dei* como atributo e atribuição que auxilia na compreensão do pecado e seu perdão. Pelo pecado, somente a imagem como atribuição foi perdida pelo e no ser humano. Ou seja, o ser humano, criado por Deus, recebeu uma atribuição: cuidar da criação. Mas ele pecou ao não cumprir essa atribuição. Ainda assim, fica nele preservada a imagem de Deus enquanto atributo; continua preservada no ser humano a imagem e semelhança enquanto atributo, isto é, como criatura de Deus, ainda que pecador.⁴⁵

A parábola do filho pródigo (Lc 15.11ss) exemplifica *imago Dei* como atributo e atribuição. Após solicitar sua parte da herança, o irmão mais jovem parte para terra distante, onde consumiu todos os seus bens e, sobrevivendo grande fome, vive em miséria, sujeira, vestido de trapos e deseja o alimento que os porcos comem. Nessa situação, lembra-se da fartura do pai, ao mesmo tempo em que se reconhece pecador e indigno de ser chamado filho de seu pai. Na situação de miséria, receoso, volta para seu pai, pede perdão e é, por iniciativa do pai, reconciliado. O irmão mais velho, contudo, não aceita a reconciliação. Nesse exemplo, a atribuição do filho mais jovem – também a do mais velho, por não aceitar a reconciliação! – foi perdida. Preservada fica, contudo, em ambos, a *imago Dei* como atributo, ou seja, o fato de não poderem “[...] declarar nulo o que em verdade é”, isto é, o serem filhos – e como tais, irmãos! – ainda que desprezem ou não assumam essa condição. Aliás,

[...] é isto o que o pecado faz: primeiro, emancipa as pessoas de Deus e depois as lança junto aos porcos, muito à semelhança do ocorrido com o filho pródigo. Sob essa

⁴³ LUTERO, Martinho. O Pai-Nosso; Comentários a Mateus 6.5-15. In: *Obras Selecionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1995. v. 5, p. 129.

⁴⁴ LUTERO, 1995, v. 5, p. 129.

⁴⁵ BRAKEMEIER, 2002, p. 24.

perspectiva, nada sobre da glória do ser humano. A imagem de Deus torna-se nele invisível⁴⁶.

O fato de ser criatura de Deus, por ter preservada a *imago Dei* nele como atributo, mesmo que pecador, o ser humano não pode dispor de outro ser humano – excluindo-o da comunhão, a exemplo do irmão mais velho –, nem mesmo condená-lo ou não perdoá-lo.⁴⁷ Aliás, o não perdão a uma pessoa pecadora evidencia nada mais que a afirmação da perda da imagem como atribuição da pessoa “justa”. Em resumo, não perdoar, nesse caso, é confirmar-se como pessoa pecadora e não seguir as prerrogativas da Deus: ser perdoado e perdoar.

A parábola do filho pródigo aponta para três dimensões do pecado e perdão. Em primeiro lugar, evidencia a dimensão perdoadora e misericordiosa de Deus. A declaração de perdão de pecados por Deus é oferta de consolo e confiança. O perdão de Deus é certeza de consciência alegre.⁴⁸ Em segundo lugar, desvela o egocentrismo da pessoa e confronta com a oferta de perdão e reconciliação com Deus. Em terceiro lugar, lança a pessoa para fora de si mesma, como lançou o próprio Deus, através de Jesus Cristo (*kenosis*), para fora de si mesmo, para o mundo. A pessoa autocentrada tem o eixo de sua existência em si mesma, isto é, egocentrismo, e, como tal, está fechada ao perdão.⁴⁹ Colocando-se “fora de si”, em Cristo, vive identidade alheia, identidade conferida por e em Cristo, e postura de abertura ao recebimento e oferta de perdão.

O ser humano *conformitas* Cristo vive o perdão de pecados como causa efetiva, visando ao melhoramento de suas relações. Lutero muito raramente empregou o conceito “reforma”, preferindo o conceito melhoramento (*Besserung*). Para o reformador, o Evangelho e o perdão de pecados visam ao melhoramento do mundo.⁵⁰

Nesse contexto, a partir de Lutero, à pergunta “o que significa orar: ‘*assim como nós perdoamos*’?” precisa ser respondido assim: o perdão de pecados visa ao melhoramento do ser humano em suas relações com o mundo. Dreher, analisando a ética cristã que decorre da teologia luterana, afirma que “antes de Lutero, o alvo da ética era o céu”. Lutero transfere-o para a terra.⁵¹ A respeito do tema do perdão de pecados, poder-se-ia afirmar que a pessoa cristã não oferece perdão almejando o céu, mas a terra. Nesse sentido, perdão de pecados é causa efetiva para o melhoramento das relações humanas, das relações com toda a criação.

⁴⁶ BRAKEMEIER, 2002, p. 24-25.

⁴⁷ BRAKEMEIER, 2002, p. 24.

⁴⁸ LUTERO, 2000, v. 7, p. 414.

⁴⁹ Na terceira de suas 95 teses, Lutero caracteriza isso assim: “No entanto, ela [a penitência] não se refere apenas a uma penitência interior; sim, a penitência interior seria nula se, externamente, não produzisse toda sorte de mortificações da carne”. LUTERO, 1987b, v. 1, p. 23.

⁵⁰ LINDBERG, 2001, p. 23.

⁵¹ DREHER, Martin N. *A Crise e a Renovação da Igreja no Período da Reforma*. São Leopoldo: Sinodal, 1996. p. 52.

Quando perdoar faz mal...

Finalmente, cabe ainda apontar para os dois tipos de pecado segundo Lutero. O primeiro é o pecado confessado, que precisa ser perdoado. O segundo é o pecado defendido; esse não deve ser perdoado. Para a distinção de pecado confessado e defendido, Lutero recorre a Mt 18.18, onde o evangelista afirma que a pessoa cristã não deve desligar o pecado, cuja pessoa não admite o pecado nem deseja o perdão. Enquanto o pecado confessado deve ser desligado, perdoado, não mais atribuído, o pecado defendido jamais deve ser desligado, perdoado. Por quê? Porque ao se desligar/perdoar um pecado defendido não se auxilia para uma vida de liberdade, pelo contrário, legitima-se a realidade de escravidão. Disso se conclui que perdoar pecados indevidamente se constitui em mal, pois não tem dimensão curativa pelo fato de legitimar a própria escravidão no pecado.

Pecados defendidos aprofundam a intolerância, a violência, o ódio, as guerras e, não por fim, são responsáveis pela destruição, despersonalização, desumanização de ser humano e de suas relações. Pecados confessados, por outro lado, por mais desafiadores e doloridos que possam parecer, auxiliam no processo de cura e humanização. Somente pecados confessados têm dimensão terapêutica. Por essa razão, ao distinguir os dois tipos de pecado, Lutero compreende que perdão de pecados não deve ser nem “ingênuo” nem visar ao encobrimento dos pecados.

O critério de perdoar ou não perdoar, de desligar ou não desligar, deve visar ao melhoramento (*Besserung*) do ser humano e de relações. Em outras palavras, quando perdoar visa à manutenção de relações escravizantes, da opressão e da injustiça, do sofrimento, o perdão de pecados precisa ser denunciado como farsa. Por outro lado, quando o perdão de pecados visa assegurar a liberdade cristã, a cura das relações, a afirmação da justiça, é imperativo indelével.

Considerações finais

A teologia de Lutero tem caráter pastoral, poimênico. O princípio luterano da justificação por graça mediante a fé afirma o perdão de pecados como iniciativa divina e, como tal, oferece as bases para a cura das relações humanas. Pela fé, o ser humano cristão é tornado *conformitas* Cristo. Justificação pela graça mediante a fé é ato contínuo de Deus em Cristo, comparável a “[...] pessoas doentes sob os cuidados de um médico; elas são real e verdadeiramente doentes, mas, na fase inicial de convalescença e na esperança, são sadias, ou melhor, são tornadas sãs, isto é, estão em via de ser curadas”⁵². Deus cuida perdoando. Portanto a relação curadora de Deus com o ser humano não deve ser conjugada no particípio passado, ou seja, como cura ocorrida e finalizada, mas como gerúndio, a saber, como ação em andamento. O perdão de pecados cristão, em conformidade com Cristo, é desafio a ser conjugado igualmente no gerúndio, portanto não como ação acabada e passada, mas como desafio aberto ao

⁵² LUTERO, 2003, v. 8, p. 299.

presente e futuro. Conjugado no gerúndio, o perdão de pecados é oferta e recebimento constante e, como tal, se constitui em processo de cura e melhoramento das relações do ser humano.

Referências

- BRAKEMEIER, Gottfried. *O ser humano em busca de identidade*; contribuições para uma antropologia teológica. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulus, 2002.
- BRANDT, Hermann. *O risco do Espírito*; um estudo pneumatológico. São Leopoldo: Sinodal, 1977.
- DREHER, Martin N. *A Crise e a Renovação da Igreja no Período da Reforma*. São Leopoldo: Sinodal, 1996.
- FORDE, Gerhard O. A obra de Cristo. In: BRAATEN, Carl E.; JENSON, Robert W. *Dogmática Cristã*. São Leopoldo: Sinodal/IEPG, 1995. v. 2, p. 17-111.
- FORDE, Gerhard O. Vida cristã. In: BRAATEN, Carl E.; JENSON, Robert W. *Dogmática Cristã*. São Leopoldo: Sinodal/IEPG, 1995. v. 2, p. 397-472.
- GRÜN, Anselm. *Perdoa a ti mesmo*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- LINDBERG, Carter. *As Reformas na Europa*. São Leopoldo: Sinodal/IEPG, 2001.
- LUTERO, Martinho. A Epístola do Bem-Aventurado Apóstolo Paulo aos Romanos. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2003. v. 8, p. 254-330.
- LUTERO, Martinho. Catecismo Maior do Dr. Martinho Lutero. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000. v. 7, p. 325-446.
- LUTERO, Martinho. Debate de Heidelberg. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1987a. v. 1, p. 37-54.
- LUTERO, Martinho. Debate para o Esclarecimento do Valor das Indulgências. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1987b. v. 1, p. 22-29.
- LUTERO, Martinho. Enquiridíio Catecismo Menor. In: *Livro de Concórdia*; as confissões da Igreja Evangélica Luterana. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1997. p. 365-384.
- LUTERO, Martinho. O Magnificat. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1996. v. 6, p. 20-78.
- LUTERO, Martinho. O Pai-Nosso; Comentários a Mateus 6.5-15. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1995. v. 5, p. 116-131.
- LUTERO, Martinho. Tratado de Martinho Lutero sobre a Liberdade Cristã. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1989. v. 2, p. 436-460.
- LUTERO, Martinho. Um Sermão sobre a Contemplação do Santo Sofrimento de Cristo. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1987c. v. 1, p. 250-256.
- LUTERO, Martinho. Um Sermão sobre a Preparação para a Morte. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1987d. v. 1, p. 385-398.
- STROHL, Henri. *O pensamento da Reforma*. São Paulo: Aste, 1963.
- TILLICH, Paul. *Teologia Sistemática*. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulinas, 1984.